



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10725.000505/95-79  
Recurso nº. : 13.275  
Matéria : IRPF - EX.: 1994  
Recorrente : JOEL CORREA DE DEUS  
Recorrida : DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ  
Sessão de : 05 DE JUNHO DE 1998  
Acórdão nº. : 102-43.107

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA A DESTEMPO. PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL. Tendo a documentação sido apresentada pelo contribuinte, afastado a exigência realizada pelo Fisco no lançamento realizado, deve ser o mesmo conhecido a qualquer tempo.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOEL CORREA DE DEUS.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA  
PRESIDENTE

VALMIR SANDRI  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 AGO 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, JOSÉ CLÓVIS ALVES, CLÁUDIA BRITO LEAL IVO, MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI. Ausente, justificadamente, a Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº : 10725.000505/95-79  
Acórdão nº. : 102-43.107  
Recurso nº. : 13.275  
Recorrente : JOEL CORREA DE DEUS

**R E L A T Ó R I O**

Trata o presente processo de notificação de lançamento, que não reconheceu o imposto de renda retido na fonte pela empresa Prisma Industrial S/A , em que o contribuinte impugna no prazo legal, discordando das alterações efetuadas nos valores declarados.

Do exame dos elementos do processo, a autoridade fiscal observou que o contribuinte não juntou aos autos, o comprovante anual de rendimentos emitido em seu nome pela fonte pagadora. Chamado a apresentá-lo, não atendeu a intimação (fls. 22/25).

A intimação do contribuinte a apresentar tal documento justificou-se, pois a autoridade fiscal verificou que não havia no sistema IRF consulta on line, apresentação da DIRF pela empresa pagadora dos rendimentos, que relacionasse o contribuinte como beneficiário.

Portanto, a autoridade julgadora monocrática manteve integral o lançamento efetuado., por entender que não tendo o contribuinte apresentado os documentos solicitados (Comprovante anual de rendimentos), não era de se afastar o lançamento efetuado.

Ao apresentar recurso tempestivo, o contribuinte apresentou todos os documentos requisitados.

A Procuradoria da Fazenda pede a manutenção da decisão recorrida, pois o contribuinte não apresentou no prazo estipulado os documentos, e que segundo a Fazenda, não seria possível a quebra do formalismo processual em favor da verdade material.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10725.000505/95-79  
Acórdão nº. : 102-43.107

**V O T O**

Conselheiro VALMIR SANDRI, Relator

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento, não havendo preliminares a examinar.

Razão alguma tem a Procuradoria da Fazenda, pois tendo o contribuinte apresentado a documentação requisitada, não há de prevalecer o lançamento efetuado.

De que valeria negar provimento ao presente recurso e obrigar o contribuinte a recorrer ao Judiciário? Certo é que caso isto seja necessário, e sabendo que o contribuinte tem toda a documentação necessária a comprovar seu direito, a Fazenda seria condenada a pagar honorários e o Poder Judiciário seria novamente desnecessariamente ocupado com uma discussão inútil.

A verdade material é o Princípio Objetivo Maior do processo administrativo fiscal, pois garante a defesa dos interesses da Fazenda e dos Contribuintes.

Também não há de se invocar a preclusão ou a decadência do direito do contribuinte de apresentar tais documentos, uma vez que a matéria foi trazida aos autos na impugnação, e, é mencionada expressamente na decisão recorrida.

Entendo, que com relação a toda matéria expressamente tratada na decisão monocrática, é direito do contribuinte trazer novos documentos para rebatê-la, não havendo preclusão ou decadência até o transito in alibus do prazo recursal.

Tal entendimento baseia-se nos Princípios do Devido Processo Legal e da Verdade Material, e nas Garantias do Contraditório e da Ampla Defesa, e está de acordo com os interesses Público, Fiscal e Pessoal.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Valmir Sandri".



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10725.000505/95-79  
Acórdão nº. : 102-43.107

Portanto, conheço do recurso por tempestivo e dou-lhe provimento para afastar o lançamento realizado.

Sala das Sessões - DF, em 05 de junho de 1998.



VALMIR SANDRI